

Cena

v. 44, nº 2, maio - ago 2026

**Pistas da Presença da Dança na Educação
Básica na ANDA: processualidades em curso**

**Traces of Dance in Basic Education at ANDA:
Ongoing Processualities**

Alexsander Barbozza da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-1264-2241>

Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, Bahia

E-mail: abarbozza@outlook.com

¹ Artista-docente da Dança. Doutorando (PPGDança/UFBA) e bolsista FAPESB, mestre em Dança (PPGDança/UFBA), especialista em Arte/Educação (FAVENI) e licenciado em Dança (UFPE). Tenho me dedicado a pesquisas que acompanham as pistas da inserção da Dança na Educação Básica, dos currículos de Dança e dos processos de formação inicial de docentes na área. Atualmente, sou docente substituto na Licenciatura em Dança da UFPE.

Resumo: Inspirado na processualidade do método cartográfico, este estudo segue as pistas que atravessam o debate sobre a Dança na Educação Básica, acompanhando, de 2008 a 2025, as linhas de força e os modos de atuação da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA). O mapeamento revela articulações com políticas públicas, universidades e movimentos sociais, destacando o protagonismo feminino em sua fundação e o GT Dança em Mediações Educacionais como espaço de resistência. Apesar das exclusões impostas por reformas como a BNCC e o Novo Ensino Médio, a Dança persiste como campo de luta e reexistência. A ANDA emerge como território em movimento, onde gesto político e poético se entrelaçam.

Palavras-chave: ANDA. Dança. Educação Básica. Processualidades.

Abstract: Drawing on the processuality of the cartographic method, this study follows the traces that traverse the debate on Dance in Basic Education, tracking, from 2008 to 2025, the lines of force and modes of action of the National Association of Dance Researchers (ANDA). The mapping reveals connections with public policies, universities, and social movements, highlighting the prominent role of women in its founding and the Dance in Educational Mediation Working Group as a space of resistance. Despite the exclusions imposed by reforms such as the BNCC and the New High School, Dance persists as a field of struggle and re-existence. ANDA emerges as a territory in motion, where political and poetic gestures intertwine.

Keywords: ANDA. Basic Education. Dance. Processualities.

No traço inaugural: Percursos e processualidades do método cartográfico

Podemos dizer que assim a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundo. (Barros; Kastrup, 2009, p. 73)

Ao ingressar no Doutorado no Programa de Pós-graduação em Dança, em 2023, e iniciar as atividades no ano seguinte, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Helena Alfredi de Matos², fui sendo atravessado pelos estudos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995; 1997a), especialmente no que tange ao método da cartografia. Essa aproximação não aconteceu de modo linear, mas foi se dando nas orientações e nas conversas que pulsavam no Grupo de Pesquisa em Políticas e Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança (PROCEDA)³, onde diferentes pesquisas já se teciam a partir dessa perspectiva.

As leituras de *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* vol. I e IV (1996; 1997a), junto a textos de outros pesquisadores, foram abrindo brechas no modo como eu vinha pensando o que pode ser uma pesquisa cartográfica. Entre essas linhas, uma das primeiras ideias que mais me mobilizou foi a da processualidade no método cartográfico. Como afirma Virgínia Kastrup (2009, p. 32), a cartografia “[...] visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de

2 No encontro com a Profa. Lúcia Matos, a experiência formativa se constitui como um campo de afetações, no qual se mobilizam curiosidade, implicação com o pesquisar e um comprometimento ético e político com esse processo.

3 Criado em 2007, o PROCEDA atua em três eixos: processos corporeográficos, processos educacionais em dança e políticas públicas, tendo sido inicialmente organizado pela pesquisadora Leda Iannitelli e, atualmente, coordenado por Lúcia Matos. Disponível: <<https://mapeamentocultural.ufba.br/grupos-pesquisa/politicas-e-processos-corporeograficos-e-educacionais-em-danca-proceda>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

produção”. Essa perspectiva me leva a ver a pesquisa não como busca por um resultado final, mas como um percurso que se faz e se refaz no próprio movimento de pesquisar, como uma dança que se compõe no gesto.

É nesse mesmo movimento que se inscreve o entendimento de que o campo da pesquisa nunca é estático. Como destacam as docentes Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup (2009, p. 56), “[...] sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso”. A pesquisa, portanto, se realiza em meio ao movimento, acompanhando forças e fluxos que já estão acontecendo e que não cessam. É nesse acompanhamento que, segundo as autoras, “[...] entendermos o processo como processualidade [*significa estar*] no coração da cartografia” (Barros; Kastrup, 2009, p. 58) [inserido pela pessoa autora].

Seguindo essa perspectiva de movimento e processo, percebo que o doutorado não se apresenta como um ponto de chegada, mas como o início de um deslocamento: uma verdadeira travessia. É um convite a aproximar-se dos estudos de Deleuze e Guattari, um campo que continua a instigar e desafiar, repleto de linhas de fuga⁴ a percorrer. Não me reconheço como um estudioso desses pensadores, mas como um curioso, um corpo em movimento, que aprende e se deixa afetar pelas linhas que atravessam o pensar e o dançar. Talvez, quem sabe, um aprendiz-cartógrafo (Alvarez; Passos, 2009).

Nesse mesmo fluxo, fui percebendo que esse modo de pesquisar também poderia atravessar minha própria investigação, acompanhando os movimentos que constituem as ações dos movimentos sociais pela inserção da Dança na Educação Básica em Recife, a partir da década de 1970. Aos poucos, os estudos desses filósofos passaram a oferecer vestígios para compreender as multiplicidade⁵ dessas ações, e com eles, outras questões começaram a se revelar neste mergulho cartográfico.

Entre essas linhas, além dos movimentos sociais de dança de Recife e de alguns fragmentos das articulações nacionais, chamaram-nos a atenção certas associações científicas, especialmente por serem frentes de luta. Entre elas, destaca-se a Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA), movimento ao qual estou vinculado desde 2019, e que tem se configurado como um espaço de articulação política, compartilhamento de saberes e fortalecimento das discussões sobre a inserção da Dança na Educação Básica e nas políticas públicas do campo.

É nesse contexto que se situa o objetivo deste estudo: seguir as marcas que atravessam o debate da Dança na Educação Básica, nas processualidades que se tecem e se atualizam na Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA). Assim, o percurso aqui proposto não busca fixar respostas, mas acompanhar o que se move: as linhas de

4 Como indicam Deleuze e Guattari (1995, p. 44), “[...] as linhas de fuga ou de desterritorialização, o devir-lobo, o devir-inumano, as intensidades desterritorializadas — é isso a multiplicidade”. Nessa direção, Zourabichvili (2004) compreende as linhas de fuga como movimentos de escape em relação a normas e territórios já codificados. Muitas vezes, esses movimentos não se encontram evidentes ou acessíveis à esfera do sabido, pois operam em zonas de indiscernibilidade, onde se produzem forças de transformação, criação e resistência.

5 Ao pensarem as multiplicidades, Deleuze e Guattari (1997b, p. 28) afirmam que: “[...] cada multiplicidade já é composta de termos heterogêneos em simbiose, ou que ela não para de se transformar em outras multiplicidades de enfiada, segundo seus limiares e suas portas, segundo seus limiares e suas portas”. Com isso, indicam que não se trata de unidades estáveis, mas de composições provisórias, atravessadas por transformações e passagens contínuas.

força, os encontros e os agenciamentos⁶ que fazem pulsar a Dança como campo de invenção⁷ e de luta, no espaço sempre vivo da Educação.

Nesse horizonte, compreende-se a Dança na Educação Básica como conhecimento artístico, vinculado ao componente curricular Artes, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/1996, cuja nomeação explícita ocorre apenas com a Lei nº 13.278/2016. Assim, a Dança se afirma não apenas como linguagem, mas como campo de saber que reivindica reconhecimento e legitimidade nas políticas educacionais, incidindo sobre práticas pedagógicas, formação docente e seu lugar no currículo.

É, portanto, no acompanhamento desses deslocamentos que este corpo-texto se propõe a percorrer os ecos dos embates pela inserção da Dança no âmbito escolar, tal como reverberam no campo sempre provisório da ANDA. Trata-se de seguir as tramas que se tecem entre debates e articulações coletivas, observando seus deslocamentos no tempo. Há, nesse fluxo, um passado que atravessa o presente e reinscreve o futuro. Acompanhar esses processos é reconhecer que o conhecimento se produz em composição com outros: “[...] há um coletivo se fazendo com a pesquisa, há pesquisa se fazendo com o coletivo” (Barros; Kastrup, 2009, p. 72).

Tomamos como base as pistas extraídas, em sua maioria, das Atas de Assembleia (2008-2024), com uma pausa nas movimentações em 2019, além de dados disponíveis no Portal ANDA.⁸ Embora não acessíveis publicamente, as atas foram gentilmente enviadas por e-mail, em 2025, pela Secretaria e Direção do evento, especialmente pela mediação da Profa. Dra. Katya Gualter (UFRJ). De modo complementar, foram também consideradas as informações disponíveis para consulta pública no site da Associação, incluindo os materiais publicados pela Editora ANDA⁹, notadamente os e-books, que se somam como importantes registros de suas ações e proposições.

Fragmentados e desiguais, esses materiais delineiam um percurso de presenças e ausências, movimentos e pausas, revelando tanto o que foi dito quanto o que se insinua nas frestas do discurso. É nesse atravessamento que emergem indícios do desenvolvimento da Associação e das múltiplas forças que atravessam o debate sobre a Dança no contexto escolar, compondo um campo em constante devir¹⁰, onde o fazer e o pensar dançam juntos, abrindo possibilidades para novos modos de existir, ensinar e pesquisar a dança.

A escrita que se faz não se pretende linear nem conclusiva. Antes, busca acolher “[...] as contradições, os conflitos, os enigmas e os problemas que restam em aberto. Não é necessário que as conclusões constituam todos fechados e homogêneos [...]” (Barros; Kastrup, 2009, p. 72), mantendo o processo em curso vivo e em movimento. A pesquisa se

6 Conforme explicitam Deleuze e Guattari (1995, p. 16): “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza À medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”. Em outras palavras, um agenciamento não se define por posições fixas, mas pelas relações que entrelaçam seus elementos. Cada conexão abre novas possibilidades, transformando continuamente o conjunto. Não há um ponto central ou caminho único, apenas linhas que se cruzam e se expandem, revelando os fluxos e intensidades.

7 Segundo Virgínia Kastrup (2001, p. 26) “A política da invenção consiste numa relação com o saber que não é de acumular e consumir soluções, mas de experimentar e compartilhar problematizações, e a adoção da arte como ponto de vista faz parte desta política”.

8 Disponível em: <<https://portalanda.org.br/>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

9 Disponível em: <<https://www.editoraanda.com/>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

10 Como nos sinalizam Deleuze e Guattari (1997a, p. 78) “Contrariamente à história, o devir não se pensa em termos de passado e futuro. Um devir revolucionário permanece indiferente às questões de um futuro e de um passado da revolução; ele passa entre os dois. Todo devir é um bloco de coexistência”.

realiza na intersecção entre registros, relatos e silêncios, onde o conhecimento se constrói em diálogo com o que se transforma e se reconfigura, abrindo caminhos para experiências, práticas pedagógicas e modos de pensar a Dança, sempre em fluxo.

O percurso rizomático aqui traçado não se reduz a mapear acontecimentos, mas acompanha sua emergência como efeitos de forças, encontros e agenciamentos que atravessam e constituem o campo. Nesse entrelaçamento, trata-se menos de revelar vestígios do que de seguir os traçados de um plano em devir, sem a pretensão de fixar verdades.

A partir desse movimento, o estudo se volta ao campo da ANDA não como objeto dado, mas como plano de consistência em composição, no qual seus espaços, ações e documentos operam como dispositivos de invenção, reflexão e disputa. É nesse território que a Dança se produz, se tensiona e se reinventa no âmbito da Educação Básica.

Na continuidade desse percurso, o estudo se dedica à análise desse campo provisório, investigando como seus espaços, ações e documentos configuram um território de invenção e disputa, a partir do qual se delineiam marcas e ecos da Dança no contexto escolar.

O campo provisória da ANDA e os vestígios da Dança na Educação Básica

Ao longo do século XX, entre frestas e composições, vão se constituindo territórios formativos da Dança no Brasil, não como linearidade, mas como um campo em movimento, onde institucionalização e invenção se entrelaçam. A criação da Escola de Dança da UFBA, em 1956, marca a institucionalização acadêmica da área, enquanto, nas décadas seguintes, a proliferação de cursos de especialização (*lato sensu*), em coreografia, dança-educação, estudos contemporâneos e história da dança, entre outros, evidencia a diversificação das práticas formativas (Matos, 2024).

Nesse entremeio de forças e descontinuidades, no final dos anos 1990, intensificam-se tensões no campo da Dança, marcadas tanto por lacunas na implementação de políticas continuadas quanto pela centralidade dos mecanismos de incentivo fiscal. Nesse cenário, o embate com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), ao reivindicar a dança como atividade física, mobiliza a classe artística e impulsiona a emergência de ações coletivas, como a campanha “Dança é arte” e a criação do Fórum Nacional de Dança, em 2001 (Matos, 2011a).

No desdobrar dessas tensões e rearranjos, em 2007, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), observa-se a ampliação da oferta de cursos de dança nas universidades públicas, em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004, tensionando e, ao mesmo tempo, reconfigurando os modos de inserção da Dança no ensino superior (Matos, 2024).

É nesse campo vibrátil de disputas, alianças e invenções, que a Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA) emerge como ponto de inflexão. Vinculada ao I Encontro Científico Nacional de Pesquisadores em Dança (UFBA, 2008), sua criação, com a instituição de uma diretoria provisória, inaugura um movimento de organização coletiva, protagonizado majoritariamente por sujeitos do meio acadêmico, evidenciando a centralidade das universidades na produção e legitimação do campo (Aquino, 2018; Hercoles, 2018).

Vale destacar, entretanto, que a associação à ANDA está condicionada ao pagamento da anuidade e das inscrições nos eventos promovidos pela entidade, o que cria uma barreira econômica capaz de limitar a participação de quem não dispõe de recursos financeiros. Ainda que algumas vagas sejam estabelecidas por meio de cotas, a estrutura institucional da associação regula, desde o início, quem pode se vincular formalmente e usufruir dos benefícios oferecidos, configurando uma tensão entre a ampliação do campo e suas condições de acesso.

Em 4 de julho de 2008, a ANDA, formaliza-se como uma Associação civil, científica e sem fins lucrativos, traçando desde então caminhos que promovem, incentivam e difundem a produção de conhecimento em Dança. Esse momento teve como marco simbólico a palestra inaugural da Associação, proferida pela Profa. Dra. Tânia Fischer¹¹, intitulada *A importância das Associações de Pesquisadores para a Consolidação de um Campo de Conhecimento* (Aquino, 2018). Como destaca Dulce Aquino (2018), o trajeto da ANDA se tece por utopias em movimento, que deslocam limites e ampliam os modos de saber, fazer e existir em Dança.

Nesse contorno, a docente Rosas Hercoles (2018) indica, em seu percurso, que a Associação emergiu do entrelaçamento de trajetórias e vozes oriundas de múltiplos territórios institucionais. Um grupo de professoras, tecendo movimentos em diálogo, impulsionou sua constituição. Entre essas lideranças, destacam-se docentes da UFBA: Dulce Aquino, Jussara Sobreira Setenta, Adriana Bittencourt Machado e Fabiana Dutra Britto; da Universidade de São Paulo (USP) com Maria Helena Franco de Araújo Bastos; da Unesp por via de Kathya Maria Ayres de Godoy, e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) a docente Helena Katz. Esses nomes mapeiam os pontos de convergência que sustentaram a criação da Associação.

A constituição da ANDA foi atravessada por uma força feminina, guiada por um coletivo de mulheres que teceram, entre escutas e urgências, os primeiros contornos da Associação. Os primeiros Comitês Temáticos emergiram como trilhas provisórias, a saber: Dança em Mediações Educacionais, Aspectos Sociopolíticos da(s) Dança(s), Dança em Configurações Estéticas e Dança e Estados Funcionais do Corpo (Hercules, 2018; Vieira, 2020), desenhando os primeiros fluxos de interesse a serem pesquisados pela territorialidade que se formava na Dança.

No movimento de constituição da ANDA no cenário nacional, Salvador, em 2010, sediou o I Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança, marco que consolidou sua presença no país. Nesse mesmo campo de forças, realizaram-se eleições democráticas para a primeira Diretoria, composta por Dulce Aquino, Kathya Godoy, Lisete Arnizaut Machado de Vargas (UFRGS), Marcos Bragato (UFRN) e Maria Helena Franco de Araújo Bastos (USP), ao mesmo tempo em que se esboçava o desenho do estatuto da Associação.

Ainda nesse contexto de articulações e emergências, teve lugar, também em Salvador, a primeira edição do Seminário de Economia da Dança: fluxos colaborativos de gestão para a modalidade na América Latina¹², em um cenário atravessado pela aprovação e publicização do Plano Nacional de Dança¹³, vinculado ao Plano Nacional de Cultura (2010–2020), de vigência decenal. Organizado em seis eixos, o plano fomentava articulações com a Educação Básica por meio das políticas culturais, especialmente no eixo *Formação*

11 Na época, era líder do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organização Locais (NEPOL) e coordenadora do Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), ambos vinculados à Escola de Administração da UFBA.

12 O evento contou com apoio institucional do Governo do Estado da Bahia, apoio financeiro da HIVOS, FUNARTE, SEBRAE-BA e Fundação Gregório de Matos, e apoio cultural da Embaixada da Espanha no Brasil – AECID – Centro Cultural da Espanha-SP, do Centro Cultural da Espanha – Lima, da Escola de Dança da FUNCEB, dentre outros (Matos, 2011b).

13 Conforme a docente Lúcia Matos (2011a, p. 43) “O Plano Nacional de Dança – PND foi elaborado em duas etapas. A versão preliminar, da qual fui relatora, foi entregue em 2009 ao CNPC e à Funarte e divulgada para a classe de Dança. Em 2010, houve eleição para o Colegiado Setorial de Dança, e sua composição foi modificada em mais de 50%. A comissão de relatoria foi ampliada, sendo formada por Marise Siqueira, Marila Velloso e Lúcia Matos, e, a partir da versão preliminar, foi entregue, em novembro de 2010, à Funarte, ao CNPC e ao MinC, a versão final do PND. Com a mudança de gestão ministerial, aguarda-se a publicação do documento. As questões abordadas neste texto ainda se referem à versão preliminar do PND”.

em *Dança e de Público*, evidenciando aproximações entre os debates da área e o campo educacional.

Esse conjunto de ações não emerge de forma isolada, mas se inscreve em um campo de lutas que remonta ao final da década de 1990, quando, como já sinalizado anteriormente, intensificam-se as disputas no âmbito das políticas culturais, especialmente em torno do reconhecimento da autonomia da área da Dança e de sua profissionalização. É nesse entrelaçamento de forças, no interior dessas políticas, que tais iniciativas ganham espessura, operando como desdobramentos de reivindicações históricas do campo.

Na continuidade desses movimentos, em 2011, os eixos iniciais se desdobram em comitês de pesquisa, reconfigurando as chamadas de artigos e diversificando os formatos de publicação, entre livro digital, revista eletrônica e anais, movimento que culmina na criação da Editora da Associação. Nessa mesma dinâmica, avançam a implementação do site da ANDA, a consolidação de sua revista eletrônica, então editada por Marcos Bragato (UFRN), e a elaboração do Regimento Interno. Os comitês passam a abranger os seguintes temas: Produção de Discurso Crítico sobre Dança; Dança em Mediações Educacionais; Dança e(m) Política; Dança em Configurações Estéticas; Interfaces da Dança; e Estados do Corpo e Memórias em Linguagens de Dança.

Em 2012, no III Seminário de Pesquisa em Dança da UFBA, que então ofertava apenas o curso de Mestrado em Dança, criado em 2006¹⁴, participaram membros da Diretoria da ANDA, bem como do Conselho Deliberativo e Fiscal, constituindo um espaço de aproximação e consolidação das relações entre a Associação e o PPGDança da universidade. No ano seguinte, segundo a Ata de 2013, a docente Roberta Ramos (UFPE) informou que o Comitê Dança em Mediações Educacionais aprofundou suas discussões em dois grandes temas: *Ensino formal e não formal e Dança*, *Ensino e contemporaneidade*, indicando as primeiras linhas dos ecos desse GT em seus momentos iniciais.

Segundo esses fios, a docente Lenira Rengel (2012) destacam a expressiva participação no Comitê Dança em Mediações Educacionais, que reuniu a maior proporção de integrantes entre os diferentes comitês da Associação nos encontros de 2011 (29%), 2012 (26%) e 2013 (22%). Essa presença significativa revela não apenas o crescente interesse pela articulação da Dança nos espaços educativos, mas traça pegadas que contribuem para a consolidação do comitê como espaço central de debate e troca na ANDA, configurando-se como um território fértil para o desenvolvimento de práticas, pesquisas e políticas relacionadas ao Ensino da Dança, abrindo frestas para o debate da Dança na Educação Básica.

Em 2014, a Associação manifestou seu apoio à alteração do PL 7032/2010, que propunha a modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996, a fim de especificar as áreas de conhecimento que compõem o componente curricular de Artes: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Nesse mesmo período, foi criado o curso de Graduação em Dança da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No ano seguinte, a assembleia da ANDA manteve a estrutura organizativa vigente, elegendo nova diretoria, deliberando sobre questões administrativas e discutindo a possibilidade de apoio a diretores e coordenadores de Grupos de Trabalho, pauta que se estenderia até 2016.

Tais movimentos, ainda que internos e institucionais, ocorreram em um cenário educacional marcado por tensões. Entre elas, destacam-se as disputas em torno do avanço do Projeto Escola sem Partido¹⁵, no ano de 2014, impulsionado por uma onda conservadora

14 No ano de criação do PPGDança, o mesmo encontrava-se estruturado pelas seguintes Linhas de Pesquisas: Estudos e Processos; e Estudos de Configuração. Em 2013, foram ampliados para as Linhas Processos e Configurações Artísticas em Dança; Dança, Corpo e Cognição; por fim, Mediações Culturais e Educacionais em Dança. No ano de 2019, foi criada a Linha Dança e Diáspora Africana: expressões poéticas, políticas, educacionais e epistêmicas

15 O Projeto Escola Sem Partido instaurou um clima de vigilância e censura na educação brasileira, especialmente sobre práticas que envolvem corpo, subjetividade, crítica social e diversidade.

emergente no país; os primeiros debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2015¹⁶, que, por meio de políticas públicas curriculares, reforçavam a desigualdade social no âmbito educacional; e a implementação da Medida Provisória nº 746/2016, durante o governo Temer, que também impactou a organização da Educação Básica.

O contexto brasileiro de 2016 configurou-se como um arranjo da elite que, ao mobilizar o discurso da corrupção e controlar os meios de comunicação, atualizou seus privilégios pela via neoliberal (Avritzer, 2016). Nesse cenário, Michel Temer assumiu a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff e implementou cortes e congelamentos que reconfiguraram o campo social, afetando especialmente áreas como educação e saúde (Souza, 2020). Tais mudanças tiveram impacto direto nas tensões e nos rumos das políticas educacionais ao longo do período.

No mesmo contexto, a Medida Provisória nº 746, publicada em 23 de setembro de 2016, instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e alterou a Lei nº 12.287/2010, que garantia o Ensino das Artes, reforçando, assim, o impacto das decisões governamentais sobre a organização e a direção da Educação Básica. A redação passou a ser a seguinte:

“§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Redação dada pela Medida Provisória nº 746, de 2016).

Diante disso, Costas *et al*/ nos ressalta que:

a Medida Provisória retira a obrigatoriedade do ensino das artes no Ensino Médio, retirando grande parte da carga horária total do Ensino Básico dedicada ao ensino do conteúdo de Arte, desconsiderando as proposições e fundamentos presentes nos documentos anteriormente elaborados para o ensino médio: as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio (2013) e o PCNEM (2000). (Costas *et al*, 2018, p.141)

A MP nº 746, ainda que tenha sido alterada no ano seguinte, já indicava um possível enfraquecimento das Artes na escola, ao reduzir o contato dos estudantes com diferentes linguagens e condicionar sua formação integral. Nesse contexto, a Dança perde reconhecimento como campo de conhecimento, a atuação dos licenciados fica mais restrita e a formação de sujeitos críticos e criativos é prejudicada. Esse movimento representa mais uma retirada de direitos da classe trabalhadora, repetindo padrões históricos de ditaduras e golpes de Estado (1964) que defendem os interesses da elite dentro de um sistema capitalista de base colonial (Ramos; Frigotto, 2016).

Criado por Miguel Nagib em 2004 e apoiado por parlamentares conservadores, o projeto, ao propor uma suposta neutralidade ideológica, deslegitima abordagens críticas e emancipatórias, fragilizando a presença da Dança e de outras linguagens artísticas. Ao restringir debates sobre gênero, sexualidade, cultura e identidade, compromete os princípios da educação democrática, atingindo professoras que historicamente lutam pela legitimação da Dança na Educação Básica.

16 Há um discurso institucional de que a BNCC teria passado por três versões entre 2015 e 2016; contudo, não é possível confirmar esse processo, já que os pareceres das reuniões e seminários não foram divulgados. A ausência de tempo hábil para participação, agravada pelas manobras do MEC sob a gestão de Mendonça Filho para homologação rápida, comprometeu o caráter democrático do documento. A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologada em 2017, e a do Ensino Médio, em 2018.

Diante desse cenário de retrocessos, diversas Associações se posicionaram imediatamente contra a MP, entre elas a Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB)¹⁷, a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)¹⁸, a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP)¹⁹, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)²⁰ e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd)²¹, que desde 2006 mantém entre seus GTs a Educação e Arte, movimento inicialmente fomentado pela FAEB. Ao alimentar e articular essas mobilizações, a FAEB conectou trajetórias e ativou campos de intervenção, revelando como a atuação política pulsa em cada gesto de oposição.

Em 2017, a ANDA aprovou, por unanimidade, o Manifesto Nacional recomendando às secretarias municipais a realização de concursos públicos para a área de Artes, proposta impulsionada por André Aguiar, egresso da Licenciatura em Dança da UFPE. No mesmo ano, também foi aprovada a elaboração de uma moção de repúdio à 3ª versão da BNCC, devido ao reduzido espaço destinado aos saberes da Dança no componente “Artes”. A redação ficou a cargo de uma comissão formada por Kátia Godoy, Lenira Rengel e outros associados, com aprovação final prevista para a assembleia.

Ainda que não tenha sido possível localizar a moção referente à BNCC elaborada pela ANDA, o contexto revela uma intensa mobilização de diferentes coletivos e instituições em defesa da presença da Dança na Educação Básica. Nesse mesmo período, emergem outras relevantes manifestações públicas, como **Carta Aberta da Graduação em Dança da UNICAMP** (2015)²²; **Carta do Fórum de Dança de Goiânia** (2015)²³; **Carta Aberta dos Professores dos Cursos de Graduação em Dança da UFRJ** (2015)²⁴; **Carta dos Pesquisadores de Dança da ABRACE** (2016)²⁵; o documento **A presença da Dança na BNCC: entre retrocessos e possibilidades**, organizado pela Licenciatura em Dança da Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com outras instituições (2015)²⁶; e o **Ofício de Análise do componente Arte da Base Nacional Comum Curricular**, elaborado pela FAEB (2017)²⁷. Convém salientar que, além dessas ações, diversos grupos de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação também se posicionaram por meio de cartas e notas de repúdio.

17 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/files/Notas>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

18 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/files/Notas>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

19 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/files/Notas>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

20 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/files/Notas>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

21 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/files/Notas>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

22 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/2018/12/carta-aberta-danca-unicamp.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

23 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Carta-do-Forum-BNCC-danca.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

24 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Carta-Aberta-dos-Professores-dos-Cursos-de-Graduacao-em-Danca-da-UFRJ-sobre-a-BNCC1.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

25 Disponível em: <https://www.portalabrace.org/arquivos/CARTA_DOS_PESQUISADORES_DE_DANCA_DA_ABRACE_05_de_Marco.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

26 Disponível em: <<https://faeb.com.br/wp-content/uploads/2018/12/A-presenca-da-danca-no-BNCC-entre-retrocessos-e-possibilidades.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

27 Disponível em: <<https://faeb.com.br/cartas/>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

Frente a esses desafios institucionais, o Manifesto da ANDA, publicado em 2017 e disponibilizado pela Diretoria da Associação, reafirma seu compromisso com a defesa da Dança. Elaborado em apoio ao Colegiado Setorial de Políticas Culturais e Dança e ao Conselho Setorial Nacional (2015-2017), o documento defende a formação especializada, denuncia a ausência de editais públicos e reivindica políticas que valorizem e criem vagas para licenciados nas Artes (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro). Além disso, ressalta a urgência de garantir o emprego desses docentes como forma de assegurar o acesso ao Ensino das Artes, fortalecer a Dança e promover o desenvolvimento cultural e social do país. Apesar disso, o manifesto não dialoga com as mudanças efetivas trazidas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio, permanecendo centrado na LDBN de 1996, já em processo de atualização.

A docente Eleonora Campos da Motta Santos (2020) observa que, em outubro do mesmo ano, a ANDA emitiu nota pública contra a criminalização das Artes, em resposta à censura e à perseguição a artistas diante da ascensão do Projeto Escola sem Partido. Embora o documento não esteja disponível para consulta, dificultando um mapeamento completo das ações políticas da Associação, ele evidencia a continuidade da atuação da ANDA em pautas de defesa da Educação e das Artes.

Ainda nesse fluxo de mobilizações, a Associação marcou presença no Simpósio Internacional de Arte na Educação Básica (SIAEB), realizado em conjunto com a FAEB e o Fórum Internacional de Dança (FID)²⁸. Coordenado por Dulce Aquino²⁹ na UFBA e transmitido pela TV/UFBA, o evento constituiu um marco para a discussão das Artes na Educação Básica, reunindo representantes de associações acadêmicas de diversas áreas artísticas, como a FAEB, ABRACE, ANPAP e ANPPOM.

Na esteira desse movimento, o Conselho Nacional de Educação (CNE) convocou uma escuta pública com representantes de todas as linguagens artísticas, respondendo à exclusão da obrigatoriedade do Ensino das Artes no Ensino Médio, conforme estabelecido pela Reforma do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017)³⁰ e reafirmado na BNCC. Esse gesto reforça a articulação entre movimentos institucionais e a formulação de políticas públicas, indicando a atenção crescente para a inserção das Artes na Educação Básica e para a formação docente especializada em todo o país.

Como desdobramento da mobilização SIAEB, foi organizada uma petição pública e elaborado um documento técnico que fundamentava a reivindicação pela permanência das Artes nos currículos escolares, reafirmando seu valor simbólico, formativo e político³¹. Contudo, o evento realizou-se apenas uma vez, deixando em aberto os desafios para a continuidade desse campo em composição coletiva. Os registros fotográficos³² capturavam a pulsação das Artes na UFBA durante o encontro, especialmente nos espaços da Escola de Dança e do Teatro, revelando zonas de invenção e resistência em movimento.

28 O Festival Internacional de Dança (FID) teve sua origem em 1996, em Belo Horizonte, comprometendo-se com a difusão, a reflexão e a formação de novos públicos e criadores no âmbito da dança contemporânea. Disponível em: <https://spcd.com.br/verbete/fid-forum-internacional-de-danca/>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

29 Juntamente com os professores Luiz Cláudio Cajaíba Soares (Teatro), Nanci Santos Novais (Belas Artes), José Maurício Valle Brandão (Música), Messias Guimarães Bandeira (IHAC – Instituto de Humanidades, Artes e Ciência) e Cleverson Suzart Silva (Educação), todos vinculados à UFBA.

30 Para o professor Ramon de Oliveira (2018, 2020), a Reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei nº 13.415, que altera a MP/2016, evidencia o alinhamento da Educação Básica aos interesses do capital. Segundo o autor, a medida direciona a educação pública à formação de mão de obra barata e contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais, reproduzindo barreiras históricas que afetam, de forma mais intensa, estudantes negros e periféricos.

31 Disponível em: <http://www.simposiodasartes.ufba.br/>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

32 Disponível em: <https://www.facebook.com/simposiodasartes/photos>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

Com a chegada de 2018, no debate sobre as permanências do GTs na ANDA, o docente Alexandre Molina (UFU) explicou que o Comitê Dança e Mediações Educacionais não foi representado porque os associados propuseram dividi-lo em dois novos comitês, visando aprofundar discussões específicas. A docente Clara Farias Trigo (UFBA) apoiou a proposta, destacando seu papel central para o foco dos debates. Molina lembrou que há um limite de até 20 trabalhos por comitê, e Rosa Hercoles acrescentou que o desmembramento de comitês com número excessivo de inscritos seria avaliado pela próxima gestão.

Apesar dessas discussões, o GT não chegou a se desmembrar em dois, mantendo-se organizado internamente em duas linhas: (1) processos artístico-pedagógicos em contextos educacionais variados e (2) práticas artístico-pedagógicas nos espaços formais de educação, segundo os vestígios indicados pelo professor Molina (2025). A separação efetiva só ocorreria posteriormente, evidenciando que as fronteiras entre diferentes modos de atuação ainda estavam em construção. Esse processo reflete a complexidade e a fluidez da Dança na Educação Básica dentro da Associação, assim como a possível construção de uma frente capaz de viabilizar o engajamento dos agentes da dança nas mudanças educacionais.

Nesse cenário, a ANDA também se articulou politicamente, ainda em 2018, elaborando uma petição³³ pela presença das Artes como área de conhecimento nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, reafirmando a luta pelo reconhecimento e pela legitimidade das Artes, em especial da Dança, no currículo escolar. No mesmo período, conforme desentrelaça Santos (2020), a Associação alinhou-se às recomendações do Fórum de Coordenadores de Cursos de Dança para revisão das subáreas junto à Capes e ao CNPq, assinou manifestos contra cortes orçamentários e enviou cartas ao CNE em defesa da valorização da Dança. Esse engajamento se ampliou com a participação da ANDA em encontros preparatórios da ANPAP e no ConFAEB, ainda que a ausência de registros documentais dificulte acompanhar, de forma mais detalhada, o alcance dessas ações.

O acompanhamento dessas ações revela, ainda que parcialmente, como as relações entre associações da área das Artes vêm se tecendo, especialmente pelos fios da pesquisa e da editoração, de modo que as pulsões do debate sobre a Dança na Educação Básica ainda aparecem borradas. A partir dessa abertura, é possível delinear frentes de articulação não apenas com a ANDA e a ABRACE, mas também com a FAEB e outras associações artísticas, ampliando os caminhos de engajamento e intervenção. Esses entrelaçamentos configuram espaços de colaboração, mostrando como o interesse coletivo pela presença da Dança na Educação Básica pode se materializar em ações transformadoras.

É no prolongamento dessas mesmas forças, entre avanços e silenciamentos, que 2019 se inscreve como um ano paradoxal: ao mesmo tempo em que se observa o silenciamento da Ata da ANDA, registra-se um avanço significativo no campo da formação em Dança no país, com a criação, no PPGDança da UFBA, do primeiro curso de doutorado na área no Brasil, ainda hoje o único. Na atualidade, o campo conta com três cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado: na própria UFBA, o Mestrado Profissional em Dança (PRODAN); na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Mestrado Acadêmico em Dança (PPGDAN); e, no âmbito privado, na Faculdade Angel Vianna, no Rio de Janeiro, o Mestrado Profissional da área.

Entre 2020 e 2024, a atuação da Associação concentrou-se nos movimentos internos que sustentam sua organização, navegando por questões administrativas e financeiras, como a definição de espaços para eventos, a condução de eleições e a manutenção dos grupos de trabalho. Esse período foi marcado por uma atenção voltada à estruturação interna, necessária à continuidade das ações e à preservação dos princípios que orientam a Associação.

33 Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://faeb.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Peticao-pela-inclusao-da-Arte-como-area-de-conhecimento-nas-Diretrizes-Curriculares-Nacionais-do-Ensino-Medio.pdf >. Acesso em: 12 de mai. 2025.

No entanto, a Ata de 2024 registra a participação dos docentes Marco Aurélio de Souza (UFPel) e Amanda da Silva Pinto (UFAM), representantes da ANDA, no Seminário Curriculos da Arte: urgências e interpretações para a gestão pública e para a atuação docente, organizado pela FAEB e realizado em Brasília, nos dias 25 e 26 de junho. Proposto pelo MEC e pelo CNE, o encontro, de caráter político-operacional, teve como objetivo construir orientações para as Diretrizes do Ensino das Artes, reunindo a FAEB e outras associações nacionais em um esforço coletivo de diálogo e proposição.

Atualmente, a ANDA conta com 11 (onze) grupos de trabalho (GTs), entre os quais destacam-se o GT Dança em Múltiplos Contextos Educacionais³⁴, coordenado pelas professoras Amanda Pinto e Lenira Peral Rengel (UFBA), e o GT Práticas Artístico-Pedagógicas em Danças nos Espaços Formais de Educação³⁵, criado em 2024 pelas docentes Isabela Buarque e Lara Seidler (UFRJ). Esses grupos funcionam como sinais de articulação que sinalizam a inserção da Dança no contexto escolar, revelando diferentes dimensões e ampliando as possibilidades de atuação pedagógica em variados espaços educacionais, embora ainda careçam de maior visibilidade no debate da Associação, mostrando que certos fluxos de agenciamento e linhas de força permanecem em processo de consolidação.

Nesse contexto, os GTs revelam um movimento de manter brechas abertas dentro da Associação, uma resistência produtiva que impede o desaparecimento da pauta da Dança na Educação Básica, mesmo diante do enfraquecimento do debate central. Funcionando como espaços de experimentação e resistência, preservam o tema vivo, embora disperso e pouco visível, ao mesmo tempo em que evidenciam as limitações da Associação na atuação sobre políticas educacionais, que, apesar das conquistas legislativas, ainda não garantem a inserção efetiva da Dança no ambiente escolar.

Ao acompanharmos os estudos vinculados à ANDA³⁶, entre 2011 e 2024, percebemos que as investigações voltadas à Dança na Educação Básica ainda emergem timidamente. O tema se insinua nas margens dos debates e publicações, revelando lacunas entre os percursos da pesquisa em Dança e as urgências formativas e políticas que atravessam o cotidiano docente.

No Quadro 1 a seguir, apresentamos os eventos da ANDA desde sua criação até o presente, com suas respectivas temáticas e localidades. O objetivo é observar como esse debate se desenvolve em perspectiva geopolítica e verificar se é possível identificar ecos da presença da Dança na Educação Básica.

34 O Comitê acolhe pesquisas que abordam as danças em suas dimensões cognitivas, curriculares, metodológicas, criativas e pedagógico-didáticas. Reúne reflexões críticas sobre técnicas, práticas e métodos, assim como outras abordagens voltadas ao ensino-aprendizagem das danças. Este comitê se abre a investigações que envolvem corpos diversos, com diferentes formas de identificação, atuando em quaisquer contextos educacionais.

35 O Comitê tem como foco discussões sobre práticas artístico-pedagógicas em dança, com ênfase nos espaços formais de educação: escolas, graduações e pós-graduações. Busca ampliar os debates sobre estratégias de ensino, formações docentes, relações de poder, pluralidades corporais e os desafios enfrentados no ensino público e privado. Problematisa o lugar do professor de dança como educador e as formas de aprendizado, apreciação e atuação da dança na escola. Parte do entendimento de que o ato educativo é intencional e que processos pedagógicos universalizados podem gerar imperativos. Assim, propõe reflexões sobre como as experiências em sala de aula se transformam em conhecimento artístico. O CT se constitui como espaço de trocas entre formação crítica e o fazer estético, diante da crescente, embora ainda desafiadora, presença da dança como componente curricular na Educação Básica.

36 Investigação realizada em julho de 2025, na plataforma da associação. Disponível em: <<https://proceedings.science/anda>>.

Quadro 1 – Congressos e Encontros da ANDA: Localizações e Temáticas (2008–2024).

Nº	Evento	Tema	Local	Ano
01	I Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Organizar e realizar o I Congresso	Salvador (BA)	2008
02	I Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Formalização da ANDA	Salvador (BA)	2010
03	II Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Contrações epistêmicas	Porto Alegre (RS)	2011
04	II Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Teorias do CorpoDança: ensino, pesquisa e cena	São Paulo (SP)	2012
05	III Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Pesquisa em Dança na Universidade	Salvador (BA)	2013
06	III Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	O corpo que Dança: a criação de espaços na atuação acadêmica e artística	Salvador (BA)	2014
07	IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Formação em Dança	Santa Maria (RS)	2015
08	IV Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Formação em Dança: estratégias de emancipação	Goiânia (GO)	2016
09	V Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	<i>Do homo politicus ao homo oeconomicus</i> : a Dança no Brasil de hoje	Natal (RN)	2017
10	V Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	A dança e a crescente “economização” das formas de vida	Manaus (AM)	2018
11	VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Que Danças estão por vir? trânsitos, poéticas e políticas do corpo	Salvador (BA)	2019
12	VI Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Que Danças estão por vir? trânsitos, poéticas e políticas do corpo	1ª Edição Virtual	2020
13	VI Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Que Danças estão por vir? trânsitos, poéticas e políticas do corpo	2ª Edição Virtual	2021
14	VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança	Dança como insurgências e criação de outros modos de ser	1ª Edição Virtual	2022
15	VII Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Dança como insurgências e criação de outros modos de ser	Brasília (DF)	2023
16	VIII Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Ancestralidades e Cosmotécnicas	Salvador (BA)	2024
17	VIII Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança	Começo, meio e começo: Ancestralidades e Cosmotécnicas	Belo Horizonte (MG)	2025

Fonte: Produzido pela pessoa autora.

Os Encontros e Congressos da ANDA revelam uma circulação que atravessa diversas regiões do país: do Nordeste, com Salvador como polo histórico da Dança, ao Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, além das edições virtuais. Essa itinerância conecta territórios culturais distintos, ao mesmo tempo em que evidencia concentrações regionais que moldam as agendas e tensionam os debates. Os temas percorridos avançam das questões estruturantes, como formação e teorias do corpo, para abordagens que incorporam política, economia, insurgências e ancestralidades.

No entrelaçamento dessas linhas, a Dança na Educação Básica não se constitui como um tema central nas discussões da ANDA, emergindo apenas de forma pontual e dispersa. Mesmo em períodos de maior tensionamento com as políticas educacionais, quando questões como formação e emancipação ganham relevo, a inserção da Dança no contexto escolar não se consolida como pauta; essa ausência, mais do que uma lacuna, evidencia a necessidade de fortalecer e articular essa temática, para que a Dança conquiste seu lugar como campo de debate, disputa e afirmação no âmbito educacional.

Ainda assim, é importante salientar que, mesmo não se configurando como tema central, os GTs *Dança em Múltiplos Contextos Educacionais e Práticas Artístico-Pedagógicas em Danças nos Espaços Formais de Educação* seguem como espaços potentes de resistência e criação, nos quais a Dança na Educação Básica se afirma como campo de força, possibilitando trocas, pesquisas e proposições que mantêm viva a discussão sobre sua presença na escola. Nesse contexto, diante da invisibilidade que ainda persiste nas temáticas dos congressos da ANDA, não seria urgente que a Dança na Educação Básica se tornasse o mote central dos próximos encontros e congressos da associação?

No desdobrar dessa análise, apresentamos o Quadro 2, buscando revelar como as publicações da ANDA (em livros e e-books) se configuram e como as dinâmicas relacionadas à Dança na Educação Básica vêm se desenvolvendo. O recorte temporal considerado compreende o período de 2018 a 2024, contemplando as obras disponíveis para consulta pública na plataforma da editora até o momento. Ressalta-se que novas publicações poderão vir a integrar esse acervo, ampliando e atualizando o panorama aqui delineado.

Quadro 2 – Publicações Desenvolvidas pela Editora da ANDA (2018–2024)

Nº	PUBLICAÇÃO	ANO
01	ANDA: 10 anos de pesquisa em Dança	2018
02	Quais Danças estão por-vir? Trânsitos, Poéticas e Políticas do Corpo	2019
03	Coleção de E-books "Quais Danças Estão Por-vir? Trânsitos, Poéticas e Políticas do Corpo: 1. Os desafios Pandemias e outros modos de re-existências nas Artes; 2. Práticas Sensíveis de Movimentação na Dança; 3. Dança em Múltiplos contextos Educacionais; 4. Processos criativos, Formativos e Pedagógicos em Dança; 5. Dança e Tecnologia; 6. Dança e Diáspora Negra: poéticas políticas, modos de saber e epistemes outras; 7. Memórias e Histórias da Dança por vir; 8. Saberes-fazeres em Danças Populares; 9. Carnes Vivas: Dança, Corpo e Política; 10. Dança em Relatos de Experiências: Cadernos de resumos expandidos; 11. As Poéticas, Políticas do Corpo e seus trânsitos nas Danças do por-vir: Cadernos de resumos expandidos;	2020
04	Tudo isto é Dança	2021
05	Danças do agora: Políticas de morte e vida em um Brasil desigual	2021
06	Coleção Novas Pesquisas em Dança: 1. Martha Graham e a dança moderna: na linha da frente do movimento progressista; 2. Descortinando a Dança no Sul do Brasil: Maturidade em Cena; 3. Corpos que são: A capoeira regional reverberada em processos criativos em Artes; 4. Objetosujeitoobjeto: a resignificação de corpos dançantes da relação entre matérias; 5. A quem cabe o lugar de humano nesta Dança? Cosmofricções para Danças Estilhaçadas;	2021 - 2022
07	Desmonte: Corpo, Gênero e Interseccionalidades	2022
08	Desmonte 2: Corpo, gênero e interseccionalidades	2022
09	Trilhas Digitais para Dança & Imersão LabCrítica: catálogos de textos críticos	2022
10	Dança e Política: estudos e práticas Danza y Política: estudios y prácticas Dance and Politics: studies and practices	2022
11	Quasar em nove perspectivas	2022
12	Na minha escola tem Dança	2022

13	Na minha cidade tem Dança: Pelotas	2022
14	Movimentos de afetos: ressonâncias, recortes e memórias do método Dança-Educação Física	2023
15	Coleção Novas Pesquisas em Dança: 1. Do que é feito o chão: performance situada e mobilização de práticas descolonizadoras e antirracista da cidade; 2. Embarcados: corpos em criação a partir do fandango de Mucuripe - CE; 3. Contracoreografias de levante: esconjurar dança, coreografia e feminilidade; 4. Dramaturgia da improvisação: reflexões de uma fazer composicional em Dança; 5. A formação de professores de dança para o contexto escolar no passo da prática reflexiva: o pioneirismo da Escola de Dança da UFBA;	2023
16	Isto é Dança 2	2023
17	Dança como insurgência de criação e outros modos de ser	2024
18	Escuta: uma abordagem sensório-afetiva-afrorreferenciada	2024

Fonte: Produzido pela pessoa autora.

Ao acompanhar as publicações da ANDA entre os anos de 2018 e 2024, é possível perceber um movimento de ampliação nas investigações em Dança, atravessando temas como corpo, estética, política e identidades. Um campo pulsante, em constante deslocamento. No entanto, quando a atenção se volta para a Educação Básica, essa área ainda se desenha de forma rarefeita diante da diversidade de abordagens que se espriam.

Algumas publicações se aproximam dessa dimensão, como *Dança em Múltiplos Contextos Educacionais* (2020)³⁷, o capítulo *Aprendizagem em movimento na rotina escolar*, da Profa. Dra. Amanda da Silva Pinto (2021), presente no livro *Tudo isto é dança*, organizado pelos docentes Prof. Dr. Marco Aurélio da Cruz Souza e Profa. Dra. Jussara Xavier (2021), e a obra *Na Minha Escola Tem Dança* (2022), que reúne proposições decorrentes das reflexões do Projeto Ensino Contemporâneo de Dança na Educação Básica: pedagogias possíveis, vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Essas produções tocam dimensões pulsantes: a escola, a formação docente, a Dança como direito educativo, ainda que nem sempre as atravessem completamente. A presença da Dança na Educação Básica, embora por vezes tangencial, pulsa nas margens e anuncia movimentos que reconfiguram o que se entende por formação e por escola. Assim, o que hoje parece lateral pode estar germinando em outras centralidades.

Durante o percurso de 2025, a Portaria MEC nº 96, de 11 de fevereiro, regulamentou a Prova Nacional Docente (PND) no âmbito do Programa Mais Professores para o Brasil, instituído pelo Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025, que visa valorizar e qualificar o magistério da Educação Básica e incentivar a docência. O Decreto, em seu art. 7º, prevê a PND, cuja aplicação foi detalhada pelo ato ministerial, prevendo que a prova será realizada conforme o calendário e os locais de aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes das Licenciaturas (Enade das Licenciaturas).

Contudo, o ENADE, por seus critérios, não contempla as quatro áreas das Artes previstas em leis e currículos, abrangendo apenas Artes Visuais e Música, deixando de fora Dança e Teatro. O INEP justificou a exclusão com base em critérios técnicos e logísticos, incluindo a necessidade de adequar a prova às diretrizes do exame, que, desde 2024, tem dado enfoque à avaliação dos cursos que formam professores para a Educação Básica. Essa exclusão suscita preocupações sobre a representatividade e a valorização dessas disciplinas nas redes estaduais e municipais de ensino. O período de inscrições ocorreu entre 14 e 30 de julho de 2025, o que reforça a urgência de debates e estratégias que ga-

37 Esses textos foram apresentados na ANDA de 2020, no âmbito do Comitê Temático, e posteriormente organizados em formato de e-book pelos docentes Prof. Dr. Marcílio de Souza Vieira, Profa. Dra. Lenira Peral Rengel, Profa. Dra. Larissa Kelly de Oliveira Marques e Profa. Dra. Amanda da Silva Pinto. Disponível em: <<https://portalanda.org.br/publicacoes/>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

rantam a visibilidade e o reconhecimento de todas as Artes na formação acadêmica e na avaliação institucional.

Como resposta, foi criado o **Movimento #SOSDançaeTeatro**, uma articulação entre a ANDA, ABRACE, o Fórum Nacional de Dança (FND) e a Organização Paulista de Arte/Educação (OPAE), que tem promovido diversos encontros, incluindo um realizado em junho de 2025. Além disso, as associações elaboraram uma carta aberta coletiva em defesa do ensino de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro na Educação Básica. O documento, contudo, apresentava um equívoco ao mencionar a Lei 4.024/1961 em vez da Lei 5.692/1971, implementada durante a Ditadura. Ainda assim, a carta reuniu assinaturas de universidades, programas de pós-graduação, associações, fóruns, grupos de dança, institutos federais e outras instituições das áreas de Dança, Teatro e Artes. O movimento também incluiu a elaboração de um ofício de impugnação da prova, produzido pela FAEB³⁸, e de uma petição pública³⁹.

O movimento resultou em ação pública na 3ª Vara Federal de Porto Alegre, sob responsabilidade do juiz Fábio Dutra Lucarelli, que, em julho de 2025, concedeu tutela provisória garantindo aos licenciados em Dança e Teatro o direito de participação na PND. Contudo, até o momento, não houve resposta do MEC, e o período de inscrições já se encerrou, evidenciando a precariedade das políticas públicas voltadas às Artes e a falta de diálogo institucional com profissionais e instituições. Ao ignorar demandas históricas, o MEC reforça decisões centralizadas, descoladas das práticas e necessidades da Educação Básica, comprometendo redes colaborativas e o reconhecimento da diversidade artística.

Para muitos docentes, essa situação foi uma “surpresa”, mas ela também evidencia forças em movimento, capazes de abrir novas possibilidades de atuação na dança. Mostra que, embora a garantia legal seja fundamental, dela podem emergir brechas que exigem atenção e mobilização constante para superar obstáculos, transformando desafios em oportunidades de afirmação e resistência artística. Ao mesmo tempo, evidencia a persistente lacuna entre legislação e implementação, revelando que avanços formais não se traduzem automaticamente em práticas efetivas; sem diálogo, acompanhamento e valorização das experiências de quem atua na Educação Básica, as políticas permanecem frágeis e descoladas da realidade, exigindo um olhar crítico que combine ação jurídica, mobilização profissional e reflexão política para consolidar conquistas e fortalecer a dança como direito educativo.

A ANDA pulsa em encontros e dispersões.
Trajetórias se entrelaçam,
gestos femininos tecem linhas de força,
abrindo espaços de escuta, pesquisa e criação.
Congressos atravessam regiões,
mas a Dança na Educação Básica surge nas margens,
presente em sinais, trilhas temporárias.
Grupos de Trabalho se tornam zonas de invenção,
mantendo a Dança viva, embora dispersa, invisível no debate central.
Legislação e políticas públicas surgem como obstáculos
e ao mesmo tempo como brechas:
Manifestos, cartas, petições e ações coletivas
transformam desafios em mobilização.
Publicações percorrem corpos, estéticas, identidades, política.
O Ensino da Dança na Educação Básica emerge tímido,
mas pulsa, anunciando futuros possíveis.

38 Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lqqclmWUUPEXRiwo6RG9xJ_ZxoWcW-Wc/view>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

39 Disponível em: <<https://peticaopublica.com.br/?pi=BR149243>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

Desdobra-se em devires, em pistas de resistência e invenção.
(Nota-coreográfica provisória)⁴⁰

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA (ANDA). Atas institucionais (2008–2024). Documentos internos. Acesso mediante consulta direta.

AQUINO, Dulce. Prefácio. In: TEIXEIRA, Ana; SANTOS, Eleonora; HERCOLES, Rosa (Orgs.). *ANDA: 10 anos de pesquisa em dança*. Salvador: ANDA, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virginia. cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

COSTAS, Ana Maria Rodriguez; ANDRIETA, Geovana; TORTORELLA, Luiza; TENÓRIO, Marina; HANADA, Ayumi. Dança na educação básica : reflexões sobre o papel dos licenciados em dança na construção de saberes artísticos no contexto escolar. *Conceição/Conception*, Campinas, SP, v. 7, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8653846>>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (vol.1). Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (vol.4). Trad. Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (vol.2). Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b.

HERCOLES, Rosa. Introdução. In: TEIXEIRA, Ana; SANTOS, Eleonora; HERCOLES, Rosa (Orgs.). *ANDA: 10 anos de pesquisa em dança*. Salvador/ANDA, 2018.

40 Por estarmos implicados em uma dimensão cartográfica de pesquisa, compreendemos que as considerações não se restringem a um momento final ou a uma seção específica do texto. Ao contrário, elas se fazem ao longo do próprio processo de escrita, nos atravessamentos, desvios e retomadas que vão compondo o percurso investigativo. Deste modo, optamos pela construção da Nota-cartográfica provisória, justamente por entendê-la como um gesto que acompanha o pensamento em fluxo, atento às intensidades que emergem no ato de pesquisar, escrever e se implicar com o campo. Não se trata de uma conclusão, mas de uma dobra que mantém a escrita aberta ao que ainda pulsa.

KASTRUP, Virginia. Aprendizagem, Arte e Invenção. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, 2001. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/pe/a/NTNFsBzXts5GHp4Zk8sBbyF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. de 2025.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MATOS, Lúcia. Redes em Tramas: articulações da dança no Brasil visando a ampliação das políticas culturais para a dança. *Territórios em Red*, v. 2, 2011a. Disponível em: <https://www.academia.edu/117633020/Redes_em_tramas_articula>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

MATOS, Lúcia (Org.). *Territórios em Rede*, n. 2. Montevidéu: Rede Sulamericana de Dança, 2011b. Disponível em: <https://www.academia.edu/117633020/Redes_em_tramas_articula>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

MATOS, Lúcia. Brasil. In: GIGENA, María Martha (org.). *La investigación en danza en Latinoamérica: un mapa en construcción*. IDyM, v. 6, n. 10, 2024. Disponível em: <https://www.academia.edu/130159918/La_investigaci%C3%B3n_en_danza_en_Latinoam%C3%A9rica_Un_mapa_en_construcci%C3%B3n>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

MOLINA, Alexandre. Entrevista concedida ao autor. *Debate informal sobre a trajetória da ANDA e do Comitê de Dança em Mediações Educacionais*, 2025. Entrevista inédita.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgW-jxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. *Educação Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05/60747588>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória no 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 70, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/316901045_Medida_Provisoria_7462016_a_contra-reforma_do_ensino_medio_do_golpe_de_estado_de_31_de_agosto_de_2016>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

Rengel, Lenira Peral. Categorias de análise para a Dança em mediações educacionais. In: (Anais) *II Congresso da ANDA*, São Paulo. 2012. Disponível em: <https://proceedings.science/anda/anda-2012/trabalhos/apresentacao-categorias-de-analise-para-a-danca-em-mediaco-es-educacionais?lang=pt-br>. Acesso em: 12 de mai. 2025.

SANTOS, Eleonora Campos da Motta Santos. Abraços e Andanças: um olhar sobre o distanciamentos e aproximações entre as associações ABRACE e ANDA. In: VIEIRA, Marcílio de Souza; SOUZA, Marco Aurélio da Cruz; JESUS, Thiago Silva de Amorim (Orgs.). *Quais danças estão por vir? trânsitos, poéticas e políticas do corpo*. Salvador: ANDA, 2020.

ZOURABICHVILI, François. *Vocabulário de Deleuze*. Trad. André Talles. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2004.

Recebido: 15/10/2025.

Aceito: 19/03/2026.

Aprovado para publicação: 25/04/2026.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos de uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License 4.0 International. Available at: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>.

Ce texte en libre accès est placé sous licence Creative Commons Attribution 4.0 International.